

RIOS, Artur

* const. 1891; dep. fed. BA 1891-1899; sen. BA 1899-1906.

Artur César Rios nasceu em Salvador no dia 16 de julho de 1846, filho de Manuel Alves da Cruz e de Maria Joaquina de Seixas Vieira.

Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia e colou grau de doutor em 1870 mediante a aprovação da tese *Hemorragias traumáticas*. No mesmo ano o trabalho foi publicado pela Tipografia do Diário da Bahia. Ainda estudante destacou-se como médico na Guerra do Paraguai (1864-1870), integrando o Batalhão de Voluntários da Pátria. Por sua atuação foi nomeado cirurgião efetivo do Exército. Recebeu também o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo e de oficial da Ordem da Rosa, e a medalha da Campanha do Paraguai. Ao regressar ao Brasil, foi nomeado diretor da Escola Agrícola de São Bento das Lajes, distinguindo-se no exercício do cargo segundo a avaliação do presidente da província, terceiro barão de São Francisco (1878-1881).

Como todos os intelectuais da época, também atuou no jornalismo, chegando à posição de redator do *Correio da Bahia* entre os anos de 1872 e 1876. Iniciou sua carreira política como deputado provincial na legislatura 1872-1873, obtendo reeleições para as legislaturas 1874-1875 e 1878-1879. Em 1878 ocupou a terceira vice-presidência da Assembleia Legislativa Provincial. A partir de 1879 dedicou-se também à lavoura, em seu engenho no município de Santo Amaro da Purificação, e tornou-se sócio da Usina Terra Nova. Em 1888 foi nomeado fiscal do Banco da Bahia, em substituição a Augusto Guimarães.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado em 15 de setembro de 1890 e, dirigindo-se ao Rio de Janeiro, tomou posse em 15 de novembro seguinte. Em seu primeiro discurso, tratou da questão do reconhecimento de poderes. Denunciou a ocorrência de fraude na eleição na Bahia, onde algumas atas haviam sido alteradas de forma grosseira em favor do capitão Salvador de Aragão e em detrimento do conselheiro Prisco Paraíso. Seu discurso impressionou os demais deputados, em virtude da riqueza de detalhes acerca da

fraude. Logo no início dos trabalhos, quando se discutiu se a Constituinte deveria assumir todos os poderes ou delegá-los ao governo provisório, assinou a moção de Ramiro Barcelos, que reservava à Constituinte unicamente a tarefa de elaborar a Constituição.

Foi o autor da emenda que estabelecia a divisão política dos estados e constituía o Distrito Federal em substituição ao antigo Município Neutro. Nela constava que, quando o Congresso Nacional julgasse oportuno, seria feita a transferência da capital federal para o Planalto Central do país, reservando-se aí, para a União, uma área com quatrocentas léguas quadradas. Também estabeleceu nessa emenda que o Imposto do Selo Federal seria exclusivo da União, cobrado unicamente nos atos e negócios que lhe dissessem respeito; que nos atos e negócios dos estados, estes teriam o direito de emitir seus selos; que somente à maioria do Congresso caberia o direito de adiar ou prorrogar suas sessões; que o subsídio dos senadores deveria ser maior que o dos deputados. Dessa emenda só não foi aprovada a parte que dizia respeito aos vencimentos dos congressistas. Além disso, no segundo turno de votação, o artigo que atribuía ao Legislativo a prerrogativa de prorrogar suas sessões foi mudado, sendo esse poder transferido ao presidente da República.

Em outra emenda que apresentou, propôs que o Congresso Nacional começasse suas sessões ordinárias no dia 15 de junho de 1891; e que os Congressos Constituintes estaduais se reunissem depois de 40 dias da promulgação da nova Constituição. Posicionou-se a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890. Apoiou a idéia de Virgílio Damásio, consubstanciada também em emenda, dando uma pensão ao ex-imperador Pedro II. Votou contra a proposta de Nilo Peçanha que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sido nomeados para essa função pelo governo provisório, por considerar que essa incompatibilidade deveria ser estabelecida pelos próprios estados. Assinou também a emenda de Marciano de Magalhães, que determinava que o sistema eleitoral deveria ter por base a representação proporcional das maiorias e minorias, e proibia terminantemente que o Poder Executivo tivesse qualquer ingerência nos pleitos. Votou, nominalmente, a favor da emenda do deputado José Mariano, que concedia aos

estados um adicional de 15% sobre as importações.

Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, e iniciada em junho a legislatura ordinária, tomou assento na Câmara dos Deputados com mandato até dezembro de 1893 e foi reeleito para a legislatura 1894-1896. Em outubro de 1896, ao lado do senador Severino Vieira, atuou junto ao então governador da Bahia, Luís Viana, para atender ao desejo do deputado paulista e chefe do Partido Republicano Federal (PRF), Francisco Glicério (cognominado “general das 21 brigadas” em função de sua ascendência sobre as bancadas dos 21 estados membros da Federação), que se opunha firmemente à inclusão do nome de J. J. Seabra na chapa de candidatos à Câmara dos Deputados. Seabra, por sua vez, contava com o apoio do seu tio, almirante Alves Barbosa, ministro da Marinha, e do vice-presidente Manuel Vitorino. Sem outra solução, Luís Viana foi obrigado a ceder aos apelos do vice-presidente, e J. J. Seabra foi indicado para concorrer como candidato do 1º distrito, formado unicamente pelo município de Salvador, o que lhe garantiu a vitória. Também Artur Rios foi eleito, iniciando novo mandato em maio de 1897.

Nesse mesmo mês, deu-se a revolta da Escola Militar, considerada então um forte reduto de florianistas, contra o governo do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). A revolta foi sufocada sem maiores desdobramentos. Entretanto, especulou-se que o deputado general Glicério, líder da maioria na Câmara, estava por trás do levante. Por conta disso o deputado pernambucano Rosa e Silva propôs a Artur Rios, então presidente da Câmara e correligionário do presidente da República, uma articulação com o fim de derrubar Glicério da liderança e afastá-lo do presidente. Optou-se por apresentar uma moção de apoio ao presidente Prudente de Moraes. Lembrando-se dos ressentimentos de J. J. Seabra em relação a Glicério, Artur Rios indicou o nome do deputado baiano para apresentar a moção em plenário. Prontamente Seabra aceitou a missão e, na sessão de 28 de maio, apresentou um requerimento para que a Câmara nomeasse uma comissão com o fim de se congratular com o presidente da República “pela manutenção da ordem pública e prestígio da Constituição, no dia 6 do corrente”. A proposta tinha por fim colocar o líder do governo em situação difícil: ou apoiava a moção, condenando o comportamento dos jovens militares

sublevados, ou ao contrário, apoiava ao presidente, o que era de sua obrigação como líder do governo, e ficava contra os militares. Pego de surpresa, Glicério colocou-se contra a proposta, que foi derrotada por 86 votos contra 60. No dia seguinte, o *Jornal do Comércio* publicou uma nota oficiosa, declarando que o general Glicério não mais interpretava o pensamento do governo. Com isso cindiu-se o PRF. Seabra deu o troco ao general Francisco Glicério, e o prestígio de Artur Rios cresceu junto ao presidente da República.

Em 1898, foi eleito senador na vaga de Severino Vieira, que assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas no governo Campos Sales (1898-1902). Renunciando ao mandato na Câmara dos Deputados, tomou posse no Senado em 1899 e foi indicado membro das comissões de Saúde Pública e de Estatística e Colonização.

Faleceu em 25 de agosto de 1906, no Rio de Janeiro, em pleno exercício do mandato de senador.

Casado com Adélia de Mauro Rios, teve cinco filhos. Deles, Eduardo César Rios foi promotor público da comarca de Nazaré (1895-1896), diretor-secretário da Junta Comercial (1896-1935) e secretário da Fazenda (1928-1930).

Liliane de Brito Freitas/Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARAGÃO, A. *Bahia*; CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 20/2/2009; *Diário de Notícias* (27/8/1906), *Tarde*. Senador Artur César Rios; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; PRAZERES, O. *Bahia*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (263, p. 64); SANTOS, E. J.J. *Seabra* (p. 27); SAMPAIO, C. *Memória* (p. 60/61); SENADO. *Dados biográficos*.